

LEGISLAÇÃO FISCAL

Ana Paula Rocha
Sara Luís Dias

COLEÇÃO LEGISLAÇÃO

2.ª EDIÇÃO

ÍNDICE

Sumário	5
Nota prévia à 2.^a edição	7
Nota prévia à 1.^a edição	9

I. NORMAS FUNDAMENTAIS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (Seleção de Artigos)

Princípios fundamentais.....	13
Parte I — Direitos e deveres fundamentais.....	14
Título I — Princípios gerais	14
Título II — Direitos, liberdades e garantias	15
Capítulo I — Direitos, liberdades e garantias pessoais.....	15
...	
Título III — Direitos e deveres económicos, sociais e culturais	16
...	
Capítulo II — Direitos e deveres sociais	16
...	
Parte II — Organização económica	17
Título I — Princípios gerais	17
...	
Título IV — Sistema financeiro e fiscal.....	18
Parte III — Organização do poder político	19
Título I — Princípios gerais	19
...	
Título III — Assembleia da República.....	20
...	
Capítulo II — Competência	20
...	
Título IV — Governo	21
...	
Capítulo III — Competência	21

Título V — Tribunais.....	22
...	
Capítulo II — Organização dos tribunais	22
...	
Título VII — Regiões Autónomas	22
Título VIII — Poder Local	23
Capítulo I — Princípios gerais	23
...	
Capítulo IV — Região administrativa.....	23
...	
Título IX — Administração Pública.....	24
...	
Parte IV — Garantia e revisão da constituição.....	24
Título I — Fiscalização da constitucionalidade.....	24
Título II — Revisão constitucional	25
Disposições finais e transitórias.....	26
LEI GERAL TRIBUTÁRIA.....	27
Título I — Da ordem tributária.....	27
Capítulo I — Princípios gerais	27
Capítulo II — Normas tributárias	30
Título II — Da relação jurídica tributária	31
Capítulo I — Sujeitos da relação jurídica tributária	31
Capítulo II — Objecto da relação jurídica tributária.....	38
Capítulo III — Constituição e alteração da relação jurídica tributária	40
Capítulo IV — Extinção da relação jurídica tributária	41
Secção I — Pagamento da prestação tributária	41
Secção II — Caducidade do direito de liquidação	43
Secção III — Prescrição da prestação tributária.....	45
Capítulo V — Garantia da prestação tributária	47
Título III — Do procedimento tributário	49
Capítulo I — Regras gerais.....	49
Capítulo II — Sujeitos	54
Secção I — Administração tributária	54
Secção II — Contribuintes e outros interessados	65
Capítulo III — Do procedimento	71
Secção I — Início do procedimento.....	71

Secção II — Instrução	71
Capítulo IV — Decisão	73
Capítulo V — Procedimentos de avaliação.....	75
Secção I — Princípios gerais	75
Secção II — Avaliação indirecta	76
Subsecção I — Pressupostos	76
Subsecção II — Critérios	80
Subsecção III — Procedimentos	81
Título IV — Do processo tributário	84
Capítulo I — Acesso à justiça tributária.....	84
Capítulo II — Formas de processo e processo de execução	86
Título V — Das infracções fiscais	87

II.

NORMAS TRIBUTÁRIAS GERAIS

CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO	91
Título I — Disposições gerais	91
Capítulo I — Âmbito e direito subsidiário.....	91
Capítulo II — Dos sujeitos procedimentais e processuais.....	92
Secção I — Da personalidade e da capacidade tributárias.....	92
Secção II — Da legitimidade.....	93
Secção III — Da competência	94
Secção IV — Dos actos procedimentais e processuais.....	97
Subsecção I — Dos prazos	97
Subsecção II — Do expediente interno.....	99
Subsecção III — Das notificações e citações.....	102
Título II — Do procedimento tributário	108
Capítulo I — Disposições gerais	108
Capítulo II — Procedimentos prévios de informação e avaliação.....	111
Capítulo III — Do procedimento de liquidação	113
Secção I — Da instauração	113
Secção II — Da decisão.....	114
Secção III — Dos juros indemnizatórios.....	114
Secção IV — Procedimentos próprios.....	115
Capítulo IV — Do reconhecimento dos benefícios fiscais	117
Capítulo V — Dos recursos hierárquicos.....	118
Capítulo VI — Do procedimento de reclamação graciosa.....	119

Capítulo VII — Da cobrança.....	122
Secção I — Disposições gerais.....	122
Secção II — Das garantias da cobrança.....	123
Secção IV — Das formas e meios de pagamento.....	129
Capítulo VIII — Do procedimento de correcção de erros da administração tributária.....	131
Título III — Do processo judicial tributário.....	132
Capítulo I — Disposições gerais.....	132
Secção I — Da natureza e forma de processo judicial tributário.....	132
Secção II — Das nulidades do processo judicial tributário.....	134
Capítulo II — Do processo de impugnação.....	135
Secção I — Disposições gerais.....	135
Secção II — Da petição.....	136
Secção III — Da Contestação.....	138
Secção IV — Do conhecimento inicial do pedido.....	140
Secção V — Da instrução.....	141
Secção VI — Da sentença.....	143
Secção VII — Dos incidentes.....	145
Secção VIII — Da impugnação dos atos de autoliquidação, substituição tributária, pagamentos por conta e dos atos de liquidação com fundamento em classificação pautal, origem ou valor aduaneiro das mercadorias.....	145
Capítulo III — Dos processos de acção cautelar.....	147
Secção I — Disposições gerais.....	147
Secção II — Do arresto.....	147
Secção III — Do arrolamento.....	148
Secção IV — Da apreensão.....	149
Secção V — Da impugnação das providências cautelares adoptadas pela administração tributária.....	149
Capítulo IV — Acção para o reconhecimento de um direito ou interesse legítimo em matéria tributária.....	150
Capítulo V — Dos meios processuais acessórios.....	150
Capítulo VI — Da intimação para um comportamento.....	152
Título IV — Da execução fiscal.....	152
Capítulo I — Disposições gerais.....	152
Secção I — Do âmbito.....	152
Secção II — Da competência.....	153
Secção III — Da legitimidade.....	154
Subsecção I — Da legitimidade dos exequentes.....	154
Subsecção II — Da legitimidade dos executados.....	154
Secção IV — Dos títulos executivos.....	156

Secção V — Das nulidades processuais.....	157
Secção VI — Dos incidentes e impugnações.....	158
Secção VII — Da suspensão, interrupção e extinção do processo	158
Capítulo II — Do processo	162
Secção I — Disposições gerais	162
Secção II — Da instauração e citação.....	167
Secção III — Garantias especiais.....	172
Secção IV — Do pagamento em prestações	172
Secção V — Da dação em pagamento.....	178
Secção VI — Da oposição	180
Secção VII — Da apreensão de bens.....	184
Subsecção I — Do arresto.....	184
Subsecção II — Da penhora.....	184
Subsecção III — Dos embargos de terceiro	195
Secção VIII — Da convocação dos credores e da verificação dos créditos	195
Secção IX — Da venda dos bens penhorados	198
Secção X — Da extinção da execução	204
Subsecção I — Da extinção por pagamento coercivo.....	204
Subsecção II — Da extinção por pagamento voluntário.....	206
Subsecção III — Da declaração em falhas	207
Secção XI — Das reclamações e recursos das decisões do órgão da execução fiscal..	208
Título V — Dos recursos dos actos jurisdicionais	209

REGIME JURÍDICO DA ARBITRAGEM EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

Título I — Arbitragem tributária	215
Capítulo I — Disposições gerais	215
Secção I — Pressupostos.....	215
Secção II — Tribunais arbitrais.....	216
Capítulo II — Procedimento arbitral	219
Secção I — Constituição de tribunal arbitral.....	219
Secção II — Efeitos da constituição de tribunal arbitral.....	221
Capítulo III — Processo arbitral.....	222
Secção I — Disposições gerais	222
Secção II — Decisão arbitral	224
Secção III — Recurso da decisão arbitral.....	226
Secção IV — Impugnação da decisão arbitral.....	227
Título II — Disposições finais	227

**REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO
DE INSPECÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA**

Parte I — Procedimento de Inspeção Tributária.....	229
Título I — Princípios e Disposições Gerais.....	229
Capítulo I — Objecto e âmbito.....	229
Capítulo II — Princípios do procedimento de inspecção tributária.....	231
Capítulo III — Classificações do procedimento de inspecção tributária.....	232
Título II — Competência e garantias de imparcialidade	234
Capítulo I — Competência.....	234
Capítulo II — Garantias de imparcialidade.....	235
Título III — Planeamento e selecção.....	237
Capítulo I — Planeamento.....	237
Capítulo II — Selecção.....	238
Título IV — Actos de inspecção.....	238
Capítulo I — Garantias do exercício da função inspectiva.....	238
Capítulo II — Local, horário dos actos de inspecção e prazo do procedimento	243
Capítulo III — Notificações e informações.....	245
Parte II — Marcha do procedimento de inspecção.....	247
Título I — Início do procedimento de inspecção.....	247
Capítulo I — Preparação, programação e planeamento	247
Capítulo II — Cooperação e notificação para início do procedimento.....	249
Título II — Actos do procedimento de inspecção	251
Título III — Conclusão e efeitos do procedimento de inspecção	254
Capítulo I — Conclusão do procedimento de inspecção.....	254
Capítulo II — Efeitos do procedimento de inspecção	257

ESTATUTO DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Título I — Tribunais administrativos e fiscais	258
Capítulo I — Disposições gerais	258
Capítulo II — Organização e funcionamento dos tribunais administrativos e fiscais ...	261
Capítulo III — Supremo Tribunal Administrativo.....	263
Secção I — Disposições gerais	263
Secção II — Secção de Contencioso Administrativo.....	267
Secção III — Secção de Contencioso Tributário.....	268
Secção IV — Plenário	269

Capítulo IV — Tribunais centrais administrativos.....	270
Secção I — Disposições gerais.....	270
Secção II — Secção de Contencioso Administrativo.....	273
Secção III — Secção de Contencioso Tributário.....	273
Capítulo V — Tribunais administrativos de círculo	274
Capítulo VI — Tribunais tributários.....	280
Capítulo VII — Ministério Público.....	282
Capítulo VIII — Fazenda Pública	283
Capítulo IX — Serviços administrativos.....	284
Título II — Estatuto dos juizes.....	285
Capítulo I — Disposições gerais	285
Capítulo II — Recrutamento e provimento	286
Secção I — Disposições comuns.....	286
Secção II — Supremo Tribunal Administrativo.....	288
Secção III — Tribunais centrais administrativos.....	290
Secção IV — Tribunais administrativos de círculo e tribunais tributários.....	292
Título III — Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais	292
Título IV — Disposições finais e transitórias.....	297

ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

(Seleção de Artigos)

Parte I — Princípios gerais.....	299
Parte II — Benefícios fiscais com carácter estrutural.....	304
...	
Capítulo III — Benefícios fiscais ao sistema financeiro e mercado de capitais	304
Capítulo IV — Benefícios fiscais às zonas francas	307
Capítulo V — Benefícios fiscais relativos a relações internacionais.....	318
Capítulo VI — Benefícios fiscais à capitalização das empresas.....	319
Capítulo VII — Benefícios fiscais relativos a bens imóveis.....	327
Capítulo VIII — Outros benefícios fiscais	336
Capítulo IX — Benefícios fiscais à reestruturação empresarial.....	339
Capítulo X — Benefícios fiscais relativos ao mecenato.....	339
Capítulo XI — Benefícios fiscais às cooperativas.....	347
Capítulo XII — Benefícios pela exigência de fatura.....	349
Capítulo XIII — Benefícios ao reinvestimento de lucros e reservas.....	349
Parte III — Benefícios fiscais com carácter temporário	349
...	

REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Parte I — Princípios gerais.....	351
Capítulo I — Disposições comuns.....	351

Capítulo II — Disposições aplicáveis aos crimes tributários.....	355
Capítulo III — Disposições aplicáveis às contra-ordenações	359
Parte II — Do processo	364
Capítulo I — Processo penal tributário	364
Capítulo II — Processo de contra-ordenação tributária	369
Secção I — Disposições gerais	369
Secção II — Processo de aplicação das coimas	375
Subsecção I — Da fase administrativa.....	375
Subsecção II — Da fase judicial.....	379
Parte III — Das infracções tributárias em especial.....	381
Título I — Crimes tributários	381
Capítulo I — Crimes tributários comuns.....	381
Capítulo II — Crimes aduaneiros	383
Capítulo III — Crimes fiscais	388
Capítulo IV — Crimes contra a segurança social.....	390
Título II — Contra-ordenações tributárias	390
Capítulo I — Contra-ordenações aduaneiras.....	390
Capítulo II — Contra-ordenações fiscais	396
LISTA DOS PAÍSES, TERRITÓRIOS	
E REGIÕES CONSIDERADOS «PARAÍSOS FISCAIS»	405
REGIME DE ISENÇÃO DE IRS OU IRC PARA OS BANCOS CENTRAIS E AGÊNCIAS	
DE NATUREZA GOVERNAMENTAL NOS «PARAÍSOS FISCAIS»	408
III.	
CÓDIGOS TRIBUTÁRIOS	
I. Impostos sobre o rendimento	
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES	
Capítulo I — Incidência.....	411
Secção I — Incidência real	411
Secção II — Incidência pessoal	439
Capítulo II — Determinação do rendimento coletável.....	448
Secção I — Regras gerais.....	448
Secção II — Rendimentos do trabalho	454
Secção III — Rendimentos empresariais e profissionais.....	455
Secção IV — Rendimentos de capitais.....	465
Secção V — Rendimentos prediais	466

Secção VI — Incrementos patrimoniais	467
Secção VII — Pensões	473
Secção VIII — Dedução de perdas	474
Secção IX — Abatimentos	475
Secção X — Processo de determinação do rendimento coletável.....	475
Capítulo III — Taxas.....	482
Capítulo IV — Liquidação	494
Capítulo V — Pagamento.....	516
Capítulo VI — Obrigações acessórias	533
Capítulo VII — Fiscalização	544
Capítulo VIII — Garantias.....	545
Capítulo IX — Disposições diversas	546
TABELA DE ATIVIDADES DO ARTIGO 151.º DO CIRS.....	549
Anexo I — Tabela de atividades do artigo 151.º do CIRS	549
TABELA DE ATIVIDADES DE ELEVADO VALOR ACRESCENTADO.....	552
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE	
O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS	
Capítulo I — Incidência.....	555
Capítulo II — Isenções	564
Capítulo III — Determinação da matéria coletável.....	571
Secção I — Disposições gerais	571
Secção II — Pessoas coletivas e outras entidades residentes que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola.....	573
Subsecção I — Regras gerais	573
Subsecção II — Mensuração e perdas por imparidades em ativos correntes	583
Subsecção III — Depreciações, amortizações e perdas por imparidades em ativos não correntes.....	587
Subsecção IV — Imparidades.....	592
Subsecção IV-A — Provisões.....	592
Subsecção V — Regime de outros encargos	594
Subsecção VI — Regime das mais-valias e menos-valias realizadas.....	601
Subsecção VII — Instrumentos financeiros derivados.....	607
Subsecção VIII — Empresas de seguros	608
Subsecção VIII-A — Rendimentos de direitos de autor e de direitos de propriedade industrialo.....	609
Subsecção IX — Dedução de lucros e reservas distribuídos e de mais e menos-valias realizadas com a transmissão onerosa de partes sociais	611
Subsecção X — Dedução de prejuízos	616
Secção III — Pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola.....	618
Secção III-A — Estabelecimentos estáveis de entidades residentes.....	620
Secção IV — Entidades não residentes.....	622

Secção V — Determinação do lucro tributável por métodos indiretos.....	623
Secção VI — Disposições comuns e diversas.....	624
Subsecção I — Correções para efeitos da determinação da matéria coletável.....	624
Subsecção I-A — Regras destinadas a neutralizar os efeitos de assimetrias híbridas	634
Subsecção II — Regime especial de tributação dos grupos de sociedades	640
Subsecção III — Transformação de sociedades.....	647
Subsecção IV — Regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais.....	647
Subsecção V — Liquidação de sociedades e outras entidades.....	657
Subsecção VI — Transferência de residência de uma sociedade para o estrangeiro e cessação de atividade de entidades não residentes	658
Subsecção VII — Realização de capital de sociedades por entrada de património de pessoa singular	663
Secção VII — Regime simplificado de determinação da matéria coletável	663
Capítulo IV — Taxas	666
Capítulo V — Liquidação.....	672
Capítulo VI — Pagamento	685
Secção I — Entidades que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	685
Secção II — Entidades que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	690
Secção III — Disposições comuns.....	690
Capítulo VII — Obrigações acessórias e fiscalização.....	692
Secção I — Obrigações acessórias dos sujeitos passivos	692
Secção II — Outras obrigações acessórias de entidades públicas e privadas.....	704
Secção III — Fiscalização.....	706
Capítulo VIII — Garantias dos contribuintes	707
Capítulo IX — Disposições finais.....	710

REGIME DAS DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES (IRC)

Tabela I — Taxas específicas	723
Tabela II — Taxas genéricas	733

II. Impostos sobre o consumo

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

Capítulo I — Incidência.....	739
Capítulo II — Isenções.....	758
Secção I — Isenções nas operações internas.....	758
Secção II — Isenções na importação	764
Secção III — Isenções na exportação, operações assimiladas a exportações e transportes internacionais	766
Secção IV — Outras isenções	770

Capítulo III — Valor tributável	772
Secção I — Valor tributável nas transacções internas.....	772
Secção II — Valor tributável na importação de bens	775
Capítulo IV — Taxas	775
Capítulo V — Liquidação e pagamento do imposto.....	777
Secção I — Deduções.....	777
Secção II — Pagamento do imposto	786
Secção III — Outras obrigações dos contribuintes.....	790
Secção IV — Regimes especiais.....	808
Subsecção I — Regime de isenção	808
Subsecção II — Regime forfetário dos produtores agrícolas	811
Subsecção III — Regime dos pequenos retalhistas.....	814
Subsecção IV — Regime de tributação dos combustíveis líquidos aplicável aos revendedores	818
Secção V — Disposições comuns.....	819
Capítulo VI — Fiscalização e determinação oficiosa do imposto	830
Capítulo VII — Garantias dos sujeitos passivos	834
Capítulo VIII — Disposições finais.....	835
Lista I — Bens e serviços sujeitos a taxa reduzida	836
Lista II — Bens e serviços sujeitos a taxa intermédia	842
Anexo A — Lista das actividades de produção agrícola	843
Anexo B — Lista das prestações de serviços agrícolas.....	843
Anexo C — Lista dos bens a que se refere o artigo 15.º, n.º 4, do CIVA.....	843
Anexo D — Lista exemplificativa dos serviços prestados por via electrónica, a que se refere a alínea n) do n.º 8 do artigo 6.º.....	844
Anexo E — Lista dos bens e serviços do sector de desperdícios, resíduos e sucatas recicláveis a que se refere a alínea i) do n.º 1 do artigo 2.º.....	845
Anexo F — Lista das atividades de produção agrícola.....	845
Anexo G — Lista das prestações de serviços agrícolas	846

REGIME DO IVA NAS TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS

Capítulo I — Incidência.....	847
Capítulo II — Isenções	855
Capítulo III — Valor tributável	858
Capítulo IV — Taxas	859
Capítulo V — Liquidação e pagamento do imposto.....	859
Secção I — Deduções.....	859
Secção II — Reembolsos	860
Secção III — Pagamento do imposto	860
Capítulo VI — Outras obrigações dos sujeitos passivos	861
Capítulo VII — Disposições finais	867

III. Impostos sobre o património

CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

Capítulo I — Incidência.....	871
Capítulo II — Isenções.....	875
Capítulo III — Matrizes prediais.....	877
Capítulo IV — Do objecto e tipos de avaliação na determinação do valor patrimonial tributário.....	879
Capítulo V — Do valor patrimonial tributário dos prédios rústicos	880
Secção I — Do rendimento fundiário.....	880
Secção II — Avaliação de base cadastral	880
Secção III — Avaliação de base não cadastral	885
Secção IV — Avaliação directa	885
Secção V — Disposições diversas	886
Capítulo VI — Do valor patrimonial tributário dos prédios urbanos.....	886
Secção I — Da iniciativa da avaliação	886
Secção II — Das operações de avaliação	887
Capítulo VII — Dos organismos de coordenação e de avaliação.....	896
Secção I — Da propriedade rústica.....	896
Subsecção I — Organismos de coordenação	896
Subsecção II — Dos peritos avaliadores	899
Secção II — Da propriedade urbana	900
Secção III — Disposições comuns.....	902
Capítulo VIII — Reclamações e impugnações da avaliação	904
Secção I — De prédios rústicos	904
Secção II — De prédios urbanos.....	906
Secção III — Disposição comum	908
Capítulo IX — Organização e conservação das matrizes.....	908
Secção I — Disposições comuns.....	908
Secção II — Matrizes cadastrais rústicas	909
Secção III — Matrizes não cadastrais rústicas	910
Secção IV — Matrizes urbanas	911
Secção V — Cadernetas prediais.....	911
Secção VI — Guarda e conservação do cadastro geométrico	912
Secção VII — Alterações matriciais.....	915
Secção VIII — Renovação das matrizes.....	916
Capítulo X — Taxas	917
Capítulo XI — Liquidação.....	921
Capítulo XII — Pagamento	923
Capítulo XIII — Fiscalização.....	925
Capítulo XIV — Garantias.....	927

Capítulo XV — Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis.....	929
Secção I — Incidência	929
Secção II — Valor tributável.....	930
Secção III — Taxa	932
Secção IV — Liquidação e Pagamento.....	933
Secção V — Disposições relativas a impostos de rendimento	934
Secção VI — Outras disposições.....	935
Capítulo XVI — Disposições diversas	935

CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS

Capítulo I — Incidência.....	938
Capítulo II — Isenções	942
Capítulo III — Determinação do valor tributável	948
Capítulo IV — Taxas	955
Capítulo V — Liquidação.....	957
Capítulo VI — Cobrança.....	963
Capítulo VII — Garantias	965
Capítulo VIII — Fiscalização.....	966
Capítulo IX — Disposições diversas	969

CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO

Capítulo I — Incidência.....	970
Capítulo II — Isenções	979
Capítulo III — Valor tributável	983
Secção I — Regras gerais.....	983
Secção II — Nas transmissões gratuitas	984
Capítulo IV — Taxas	990
Capítulo V — Liquidação.....	990
Secção I — Regras Gerais.....	990
Secção II — Nas transmissões gratuitas	991
Secção III — Regras comuns.....	997
Capítulo VI — Pagamento	998
Capítulo VII — Garantias	1001
Capítulo VIII — Obrigações acessórias e fiscalização.....	1001
Secção I — Regras Gerais.....	1001
Subsecção I — Obrigações dos sujeitos passivos.....	1001
Subsecção II — Obrigações de entidades públicas e privadas.....	1004
Secção II — Nas transmissões gratuitas	1005
Capítulo IX — Disposições diversas	1006

TABELA GERAL DO IMPOSTO DO SELO	1009
--	-------------

IV. Contribuições para a segurança social

CÓDIGO DOS REGIMES CONTRIBUTIVOS DO SISTEMA PREVIDENCIAL DE SEGURANÇA SOCIAL

Parte I — Disposições gerais e comuns	1015
Capítulo I — Disposições gerais	1015
Capítulo II — Disposições comuns	1016
Parte II — Regimes contributivos do sistema previdencial	1021
Título I — Regime geral dos trabalhadores por conta de outrem	1021
Capítulo I — Disposições gerais	1021
Secção I — Âmbito de aplicação	1021
Secção II — Relação jurídica de vinculação	1022
Subsecção I — Dos trabalhadores	1022
Subsecção II — Das entidades empregadoras	1024
Secção III — Relação jurídica contributiva	1025
Subsecção I — Obrigações dos contribuintes	1025
Subsecção II — Bases de incidência contributiva	1027
Subsecção III — Taxas contributivas	1031
Divisão I — Taxa contributiva global	1031
Divisão II — Taxas contributivas mais favoráveis	1034
Divisão III — Taxas contributivas complementares	1035
Capítulo II — Regimes aplicáveis a trabalhadores integrados em categorias ou situações específicas	1036
Secção I — Trabalhadores com âmbito material de proteção reduzido	1036
Subsecção I — Membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas e entidades equiparadas	1036
Subsecção II — Trabalhadores no domicílio	1039
Subsecção III — Praticantes desportivos profissionais	1039
Subsecção IV — Trabalhadores em regime de contrato de trabalho de muito curta duração	1041
Subsecção V — Jovens em férias escolares	1041
Subsecção VI — Trabalhadores em situação de pré-reforma	1042
Subsecção VII — Pensionistas em atividade	1043
Secção I-A — Trabalhadores que exercem funções públicas	1044
Secção II — Trabalhadores em regime de trabalho intermitente	1045
Secção III — Trabalhadores de atividades economicamente débeis	1045
Subsecção I — Trabalhadores de atividades agrícolas	1045

Subsecção II — Trabalhadores da pesca local e costeira, apanhadores de espécies marinhas e pescadores apeados	1046
Secção IV — Disposições gerais referentes ao regime de incentivos ao emprego	1047
Secção V — Incentivos à permanência no mercado de trabalho	1049
Secção VI — Incentivo à contratação de trabalhadores com deficiência	1049
Secção VII — Trabalhadores ao serviço de entidades empregadoras sem fins lucrativos	1050
Subsecção I — Disposições gerais	1050
Subsecção II	1051
Subsecção II-A — Trabalhadores que exercem funções sindicais	1051
Subsecção III — Trabalhadores do serviço doméstico	1052
Capítulo III — Regime aplicável às situações equiparadas a trabalho por conta de outrem	1054
Secção I — Membros das igrejas, associações e confissões religiosas	1054
Secção II — Trabalhadores em regime de acumulação	1056
Título II — Regime dos trabalhadores independentes	1056
Capítulo I — Âmbito de aplicação	1056
Capítulo II — Relação jurídica de vinculação	1061
Capítulo III — Relação jurídica contributiva	1063
Secção I — Obrigações dos contribuintes	1063
Secção II — Bases de incidência contributiva	1067
Secção III — Taxas contributivas	1070
Título III — Regime de seguro social voluntário	1071
Capítulo I — Âmbito de aplicação	1071
Capítulo II — Relação jurídica de vinculação	1072
Capítulo III — Relação jurídica contributiva	1073
Secção I — Obrigação contributiva	1073
Secção II — Bases de incidência contributiva	1074
Secção III — Taxas contributivas	1075
Parte III — Incumprimento da obrigação contributiva	1076
Capítulo I — Disposições gerais	1076
Capítulo II — Causas de extinção da dívida	1077
Capítulo III — Transmissão da dívida	1081
Capítulo IV — Garantias	1082
Capítulo V — Situação contributiva regularizada	1083
Capítulo VI — Efeitos do incumprimento	1084
Parte IV — Regime contraordenacional	1087
Título I — Da contraordenação	1087
Título II — Das coimas e sanções acessórias em geral	1089
Título III — Das coimas e sanções acessórias em especial	1091

ÍNDICE

Título IV — Da prescrição.....	1092
Título V — Processo e procedimento.....	1092
Parte V — Disposições complementares, transitórias e finais	1093
Título I — Disposições complementares.....	1093
Capítulo I — Disposições aplicáveis ao pagamento voluntário de contribuições....	1093
Secção I — Pagamento voluntário de contribuições pelo beneficiário por inexistência de entidade empregadora.....	1093
Secção II — Pagamento voluntário de contribuições prescritas.....	1094
Capítulo II — Disposições aplicáveis ao reembolso de quotizações.....	1096
Capítulo III — Disposições aplicáveis à restituição de contribuições e de quotizações	1097
Título II — Disposições transitórias e finais	1099
Capítulo I — Disposições transitórias.....	1099
Capítulo II — Disposições finais	1104
Anexo I	1105
 TABELAS OFICIAIS DAS TAXAS CONTRIBUTIVAS	 1107
Índice.....	1111



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt